

Memórias e trajetórias das pesquisas sobre participação e movimentos sociais no Brasil de 1970 a 1990

Maria da Glória Gohn[i]

Apresentação

Início as memórias e registros sobre a temática da participação e dos movimentos sociais no Brasil, **nas décadas de 1970 a 1990**, com um breve parágrafo sobre a minha formação e o território em que me localizava na década de 1960. Fiz graduação em um momento de grandes mobilizações políticas e culturais e esse contexto influenciou a escolha do tema que me acompanhou por toda a minha trajetória de estudo: a participação no movimento dos estudantes. Dois outros eixos influíram na minha formação na época: a graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1966-1970) e a Igreja Católica dos Dominicanos, onde participei de encontros para discutir a iniciante Teologia da Libertação na Igreja Católica. Não imaginava, naquele momento, que no início do século XXI, eu participaria e acompanharia Gustavo Gutierrez¹, o peruano criador da Teologia da Libertação, em um evento nas Filipinas.

Na década de 1970, segui estudos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), onde fiz mestrado (1973-1977) e doutorado (1980-1983)², ambos com a orientação do professor Leôncio Martins Rodrigues, especialista em sindicatos, que me acolheu para estudar as sociedades amigos de bairro (SABs)[ii].

¹Minha participação foi como palestrante no Seminário “*Internacional Community Organizing for Power Towards a New Millenium*” realizado em Baguio City, Filipinas, de 16 a 18 de fevereiro de 2000, representando o Instituto Paulo Freire. Cheguei na capital Manila e fui para Baguio City, uma das inúmeras ilhas que compõem o país, no mesmo carro com Gustavo Gutierrez, numa viagem de quatro horas. A convivência com Gutierrez por cinco dias foi marcante.

²No mestrado, fui aluna de Aziz Simão, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Cohn e Lúcio Kowarick. No doutorado, cursei as disciplinas de Ruth Cardoso, Francisco Weffort, José de Souza Martins e Eunice Durhan, na USP e, na PUC/SP, de Paulo Octávio Ianni e Ernesto Laclau (ciclo de seminário como professor convidado).

Iniciei também, nessa década, minhas atividades docentes na disciplina de Sociologia Urbana na Escola de Sociologia e Política, faculdade da minha graduação³.

Temas de pesquisa: periferias urbanas (1970-1980)

Na minha pesquisa de mestrado conheci a periferia da Zona Sul de São Paulo e a participação comunitária que lá existia, já bem contraditória porque havia as SABs⁴ e muitas delas estavam ligadas às redes de políticas clientelistas existentes, ao *status quo* da Arena, lembrando que tínhamos apenas dois partidos políticos, Arena e MDB. Não havia eleições para cargos majoritários, com governadores indicados pelo regime militar. Em 1974, aconteceu a primeira eleição significativa para a Câmara e o Senado. Nas periferias, além das SABs, havia as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica (CEBs)⁵. SABs e CEBs eram espaços muito diferentes e existia uma tensão entre elas. No poder público municipal, a então Secretaria do Bem-estar Social (SEBES) tinha o papel de desenvolver relações com a comunidade organizada e atuava junto às SABs. Porém, algumas funcionárias da prefeitura, assistentes sociais como Luiza Erundina e Aldaíza Sposati, que vieram a entrar para o cenário político nacional, relacionavam-se com algumas unidades das CEBs na periferia da Zona Sul da cidade. Portanto, o ativismo institucional já existia na época com uma grande diferença: estávamos no regime militar, com muito controle, e as funcionárias públicas que atuavam junto às comunidades desenvolveram aprendizados, formaram visões políticas diferenciadas no processo de gestão institucional. As áreas da assistência social e da saúde contavam com postos de atendimento em regiões da periferia. Os conselhos populares de saúde de São Paulo foram pioneiros nessa forma de participação popular.

É interessante observar como já havia certa metamorfose entre a participação comunitária originária de diretrizes do Estado da década de 1960, segundo uma meta de integração social dos reivindicantes às políticas oficiais da época, e outro

³Na Sociologia e Política, ministrei a disciplina de Sociologia Urbana, que me possibilitou apreender e sistematizar as correntes de abordagem desde o século XIX, estudar a Escola de Chicago, Max Weber, e conhecer os trabalhos de Henri Lefebvre, como “O direito à cidade”, e de Manuel Castells, “A questão urbana”. Eles operaram uma revolução na minha forma de compreensão da realidade.

⁴SABs são as Sociedades Amigos de Bairro, organizações com foco em reivindicações populares urbanas.

⁵As CEBs foram criadas a partir de orientações do Concílio Vaticano II e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Reunião de Medellín, na Colômbia, em 1968. As comunidades foram estimuladas em São Paulo, a partir de 1972, pelo Programa das Pastorais implementado pelo então Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns.

tipo de participação comunitária, que foi sendo construída próxima aos moldes *toquevillianos*, oriunda dos bairros periféricos, desenvolvendo-se nas reuniões, atos de solidariedade e na ajuda mútua entre moradores. O crescimento dessas formas de participação transformou-se em participação popular, na década de 1980, porque havia saído dos limites de comunidades determinadas e se expandido, criando laços, articulações, coordenações e, nos anos 1980, redes. Um exemplo é o caso dos conselhos de saúde na Zona Leste de São Paulo. O sujeito principal na participação popular era o povo, categoria genérica, criticada na época por muitos intelectuais da esquerda porque “povo” deixava indefinido os referenciais de classes sociais.

Sabe-se que o sindicalismo paulista reestruturou-se ao longo dos anos de 1970. Em São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos era “pelego”, seguia os ditames do Ministério do Trabalho, com arrocho salarial e as greves proibidas. Mas, existia a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), que criou uma Frente Nacional de Trabalhadores e articulou-se com setores do clero católico progressista, atuando via Pastoral Operária. Havia tensão no campo sindical, entre o velho (e corrupto sistema sindical) e o novo, que nascia nos pólos mais avançados da indústria, na região do ABC paulista, por exemplo. Ainda na década de 1970, o movimento de bairro também contrapunha-se entre as velhas práticas pelegas associadas a lideranças políticas tradicionais e o novo movimento de bairro, organizado a partir de associações comunitárias ligadas às CEBs.

O contexto político do regime militar levou a articulação do movimento sindical ao movimento de bairros da época, uma vez que reuniões estavam proibidas desde o AI-5 e os salões de algumas paróquias da ala progressista da Igreja Católica serviram como espaço para encontros e a configuração da resistência. O cotidiano era discutido à luz do evangelho, com representações, cartilhas e debates. A falta de acesso à creche, moradia, transporte, posto de saúde etc. passou a ser vista como não acesso a direitos básicos. Configurava-se assim o conceito de cidadania, o direito a ter direitos que, naquele momento, restringiam-se aos tradicionais direitos civis e políticos⁶.

⁶Na atualidade essa agenda ampliou-se, ocorrendo uma redefinição e reformulação da agenda de direitos humanos. Foram incorporados temas como os direitos econômicos, sociais e culturais, ao lado dos tradicionais. A questão da diversidade (étnica, social, sexual, religiosa etc.) ganhou centralidade.

A resistência ao regime militar ampliou-se progressivamente⁷. Aos poucos, fatos novos advindos da sociedade civil, como o movimento de mães pela anistia aos exilados e o crescimento dos movimentos populares de bairros reivindicando melhorias, em especial creches na periferia, transporte urbano e moradia popular⁸, colocaram foco nas periferias urbanas. Entidades da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), a imprensa, entre outras, tiveram papel importante. Os congressos anuais da SBPC transformaram-se em palcos de protestos. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) foi um local de resistência e chegou a ser invadida pelo Coronel Erasmo Dias, que prendeu dezenas de estudantes reunidos na universidade.

Docência, debates e vivência na PUC/SP na década de 1970: contribuição para a formação de lideranças de movimentos e de quadros de funcionários do Estado

Os anos da segunda metade da década de 1970 foram decisivos para a minha participação em pesquisas no campo dos movimentos sociais. Em 1977, ingressei como docente no Departamento de Ciências Sociais da PUC/SP. Inicialmente, um novo aprendizado: ministrar a disciplina de Metodologia de Pesquisa, tanto os fundamentos como a parte operacional de métodos e técnicas⁹. Daí, resultou que aprendi a trabalhar com o método dialético para muito além dos livros didáticos de pesquisa da sociologia norte-americana e, por conta própria, aprendi a fazer análises históricas de conjuntura lendo Eric Hobsbawn e T. H. Thompson, que passaram a ser meus guias para fazer análises, observando sempre o papel das experiências.

Aprendi também a escrever coisas complexas em termos claros e objetivos. Na minha pesquisa de campo, realizada na periferia de São Paulo, eu era observadora,

⁷Especialmente após as mortes do estudante Alexandre Vannucchi, da USP, em 1973, do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, e do metalúrgico Manuel Fiel Filho, em 1976, todos assassinados pelos militares.

⁸A expansão imobiliária em São Paulo acentuou a migração de trabalhadores do Nordeste para a construção civil, e as mulheres da periferia precisavam de creches para deixar os filhos e trabalharem nos novos postos que se abriram para o emprego doméstico, com a entrada de mulheres das camadas médias recém-graduadas no mercado de trabalho em expansão.

⁹À época, Octávio Ianni era docente da PUC/SP, e fiz um curso com ele sobre uma leitura do “O Capital”, de Karl Marx; ainda, na ocasião, fazia outro curso na USP, com o José de Souza Martins, sobre o “Grundrisse”, conhecido também como o rascunho de “O Capital”, que traz um parágrafo famoso sobre o método dialético.

mas opinava quando indagada e ajudei a escrever cartilhas populares e cartas de demandas ao poder público¹⁰.

Estive com Paulo Freire em reuniões nas regiões da Capela do Socorro e Santo Amaro. Aprendi com ele a dialogar com “o povo”: primeiro, ouvindo e anotando; depois, opinando, quando instigada. A igreja da Capela do Socorro foi um local emblemático da periferia sul de São Paulo para o Movimento do Custo de Vida (1973-1978), abrigando muitas reuniões. Os metalúrgicos reuniam-se lá para se organizarem em 1979, inclusive, para o piquete da greve que ocorreu em 30 de outubro de 1979, em frente à fábrica da Sylvania, quando Santos Dias, grande líder operário e comunitário de bairro, foi morto a tiros. Após sua morte, criou-se o Centro Santos Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo.

O trabalho na PUC/SP ocorreu não apenas na docência, como também em um de seus centros de pesquisa da época, o Instituto de Planejamento Urbano (URPLAN), que fez convênios e parcerias com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)¹¹, órgão do governo estadual. O URPLAN tinha demanda para a formação de funcionários da gestão estadual e municipal e de ex-estudantes universitários. Eu e Gilda Perosa éramos responsáveis pela organização de cursos de curta duração¹², realizados no anfiteatro do Tuquinha (teatro da PUC/SP). Nesses cursos, tivemos a participação, nos debates e depoimentos, de inúmeros sindicalistas do ABC paulista e da oposição sindical de São Paulo, assim como de membros de pastorais da periferia. Entre os professores, tivemos a colaboração de grandes nomes das Ciências Sociais, como Francisco de Oliveira, Lucio Kowarick, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Singer, Ruth Cardoso e muitos defensores da luta contra o regime militar, como Herbert de Souza, o Betinho, e Santos Dias.

¹⁰Em 1977, recebi o diploma de “Personalidade do Ano”, conferido por entidades de moradores, por serviços prestados às regiões de Santo Amaro e Campo Limpo, em São Paulo.

¹¹Criada em 1974, a FUNDAP foi um órgão estadual paulista, com sede na capital, que contava em seus quadros com brasileiros que haviam retornado do exterior e que se especializaram em questões urbanas. Líamos Jean Lojkine, C. Topalov e outros professores da corrente francesa que falavam da questão urbana. Firmou-se uma parceria entre o URPLAN, a FUNDAP e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), para a realização de uma pesquisa sobre o governo do Estado de São Paulo, de 1945 a 1977. Como consultores tínhamos Francisco Weffort e Francisco de Oliveira. O URPLAN desenvolveu duas outras pesquisas grandes sobre a questão da moradia e sobre a periferia de Osasco. A equipe de coordenação do URPLAN era composta por Luiz Eduardo W. Wanderley (que viria a ser escolhido reitor da PUC/SP, na década de 1980), Gilda F. Portugal Gouveia, Vicente Trevas e outros.

¹²Os cursos emitiam um certificado de especialização porque a legislação que determinou 360 horas para a especialização, surgiu depois. Foram organizados nove cursos, em três anos.

O URPLAN ficava no primeiro andar de um sobrado em frente à PUC/SP, onde, no térreo, ficava o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), local de pesquisas, debates e de grande efervescência na época, criado por Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, então professores da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadores estrangeiros passaram pelo Cedec, como Tilman Evers, que publicou na revista *Novos Estudos*, do Centro Brasileiro de Pesquisa (CEBRAP), o artigo “De costas para o Estado, longe do parlamento”¹³, retratando os movimentos populares em São Paulo. Esse artigo teve grande repercussão entre os pesquisadores sobre os movimentos. Além do CEDEC, o CEBRAP era o outro grande centro e foco de pesquisas na década de 1970, com destaque no Brasil e no exterior.

Em 1979 concluí meu mestrado¹⁴, um ano histórico na luta contra o regime militar, quando as greves dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo ampliaram-se e os confrontos com a polícia levaram à morte de Santos Dias, já citada.

A luta por creches¹⁵

Ainda em 1979, passei a acompanhar o movimento de luta por creches na periferia sul de São Paulo, que se tornou objeto e sujeito principal da minha tese de doutorado, mas com um diferencial: participei e analisei não somente o movimento, como adentrei na arena do Estado, acompanhando a política pública da SEBES para as creches. Em 1975, havia oficialmente cinco creches públicas, porém, três estavam fechadas por falta de condições. Portanto, de fato, havia somente duas delas. Em 1982, o movimento conseguiu a promessa de uma rede de 400 creches.

Importante registrar também que o movimento de luta por creches surgiu em 1973, articulado por um grupo de mães que participavam da Pastoral da Zona Sul, e foi se estruturando paralelamente ao Movimento do Custo de Vida, que depois mudou o nome para Movimento da Carestia. Nos primeiros anos, a luta girou em

¹³EVERS, Tilman. De costas para o Estado, longe do parlamento, *Novos Estudos*, ed. 5, v. 1, 1983. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-05/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

¹⁴Defendi a dissertação intitulada “Classes populares, periferia urbana e movimentos sociais urbanos: o movimento da Sociedade Amigos de Bairros em São Paulo” na FFLCH/USP, compondo a banca os professores Leôncio Martins Rodrigues, Lúcio Kowarick e Éclea Bosi. Na qualificação, tive a satisfação de ter Azis Simão e Ruth Cardoso na banca. A dissertação foi publicada em 1982 pela Cortez com o título: “Reivindicações populares urbanas”, o parecer e a indicação para essa publicação foram feitos por Maurício Tragtenberg.

¹⁵Registrando que as unidades de atendimento às crianças de zero a quatro anos denominavam-se na época creches. Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, elas passariam a ser chamadas de Educação Infantil, compreendendo crianças de zero a seis anos.

torno das propostas oficiais, não havia um movimento organizado¹⁶. Em 1979, durante o I Congresso da Mulher Paulista, formou-se uma coordenação para articular os grupos isolados de mulheres, articular bairros etc. Foi criado oficialmente o Movimento de Luta por Creches.

Na minha pesquisa, olhar para os dois lados, a organização das mulheres na sociedade numa região periférica e o poder estatal, possibilitou-me observar duas faces da participação: (i) a comunitária, a popular, no bairro, na região, como se organizavam nas reuniões nas paróquias locais e os apoios que tinham (como de Irma Passoni, ex-religiosa e liderança no bairro Vila Remo, região da Capela do Socorro, que anos mais tarde elegeu-se como deputada federal pelo PT); e (ii) a participação social institucionalizada, o lado do poder público, onde acompanhei como essa forma de participação era realizada, como as demandas eram recebidas, como cadastravam a população, os encaminhamentos etc.

Em 1983, consegui acesso a atas e documentos da SEBES que me possibilitaram concluir a tese com o título “Participação popular e Estado - O Movimento de Luta por Creches em São Paulo”¹⁷, publicada em 1985 pela Editora Vozes com o título “A força da periferia - A luta das mulheres por creches em São Paulo”. Importante registrar que esse título foi sugerido por Leonardo Boff, membro do conselho editorial da Vozes na época. Durante meu doutorado li várias obras de Alain Touraine¹⁸ e ele passou a ser um referencial importante em minhas pesquisas (antes era mais M. Castells e um foco mais estrutural). Outro registro importante: defendi minha tese na área da Ciência Política na FFLCH/USP porque ocorreu o desmembramento do departamento e o professor Leôncio seguiu para a área da Política.

Tenho muito orgulho de ser conhecida mais como socióloga, que me levou ao Prêmio Florestan Fernandes da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 2023.

¹⁶Em 1979, foi um momento crucial para a consolidação do Movimento das Creches, quando suas lideranças viram, pela televisão, que a prefeitura iria construir 600 creches. As mulheres foram atrás e descobriram que a verba estava a cargo da Legião da Boa Vontade (LBA) e que havia dinheiro apenas para a manutenção (GOHN, M. G. *A força da periferia - A luta das mulheres por creches em São Paulo*. São Paulo: Editora Vozes, 1985. p. 116).

¹⁷A banca de doutorado foi composta pelos professores Leôncio Martins Rodrigues, Francisco Weffort, Marisa Corrêa, Maria Hermínia Tavares e Lúcio Kowarick. No exame de qualificação contei também com a participação das professoras Ruth Cardoso e Eunice Durhan.

¹⁸Na primeira década de 2000, fiz parte de um grupo que elaborou um dossiê sobre a vida e obra de A. Touraine, para concorrer ao prêmio instituído pela *International Sociological Association* (ISA). Touraine foi o escolhido e tive a satisfação de vê-lo receber o prêmio na ISA/2006, na África do Sul. Em 2007, publiquei o livro “Novas teorias dos movimentos sociais” (Edições Loyola), com o capítulo “A contribuição de um autor: Alain Touraine”, dedicado à obra de Touraine.

Na realidade, sempre fui da Sociologia Política, embora meu título de doutora seja em Ciência Política. Minha trajetória pelas creches deu-me subsídios para participar, em 1988, como docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do grupo de trabalho que redigiu o parágrafo sobre educação infantil no Processo Constituinte, vindo a ser acolhido e inserido na Constituição Brasileira de 1988, no capítulo que trata da educação.

A ANPOCS e a construção do Grupo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais: temas e debates

Sabe-se que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) foi um fator fundamental para reunir e articular grupos de pesquisadores de várias regiões do país em áreas temáticas. Criada em 1977, a ANPOCS estruturou vários grupos de trabalho, sendo um específico sobre movimentos sociais (GT/MS), que teve o apoio do CEDEC. O GT/MS aglutinou equipes de pesquisadores de São Paulo, Florianópolis, Fortaleza, Recife, Brasília, entre outras cidades¹⁹.

Esses pesquisadores foram a base organizativa para estudos que vinham sendo realizados desde a segunda metade da década de 1970 sobre mobilizações na sociedade civil, especialmente nas grandes capitais, e que se aglutinaram sobre os movimentos populares de bairros dos anos de 1970. É importante também registrar que nessa década passou-se a estimular estudos locais, pesquisas de campo, e não apenas estudos históricos longitudinais, ou teses e dissertações como tratados teóricos. Iniciou-se a era dos estudos e seminários sobre o “poder local”, que seguiriam até os anos de 1990, quando a nova onda passou a ser “o global”, a globalização.

Muitos pesquisadores dos primórdios do GT/MS da ANPOCS desenvolveram suas dissertações e teses em São Paulo, na USP, e criaram grupos e núcleos de

¹⁹De 1977 até os anos de 1990, destacamos: no Rio de Janeiro, Ana Clara Ribeiro Torres, Luis Antônio Machado da Silva, Luiz César Ribeiro, Lícia Valadares, Renato Boschi, Carlos Nelson dos Santos, Luiz César Ribeiro, Tamara Egler, Alba Zaluar; em São Paulo, José Álvaro Moysés, Lúcio Kowarick, Maria Célia Paoli, Eder Sader, Vera Silva Telles, Silvio Caccia Bava, Vinicius Caldeira Brant, Edson Nunes, Pedro Jacobi, Lúcia Bógus, Suzana Taschener, Tereza Caldeira, Laís Abramo, Maria da Glória Gohn; de Santa Catarina, Ilse Scherer-Warren, Paulo Krischke, Lígia Luchmann, Sérgio Costa, Tamara Benakouche, Raul Burgos, Ernest Seidl, Julian Borba; do Rio Grande do Sul, José Vicente Tavares, Celi Pinto, Sonia Guimaraes, Marcelo K. Silva; do Espírito Santo, Ana Maria Doimo; de Salvador, Inaiá Carvalho, Elenaldo Teixeira; de Fortaleza, Irllys Firmo, Glória Diógenes, Linda Gondim; de Recife, Paulo Henrique Martins, Joanildo Albuquerque Burity; de Brasília, Brasilmar Ferreira Nunes, Nair Bicalho; e muitos outros que a memória já não alcança.

pesquisas nas suas respectivas universidades, estando na origem o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), do Programa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado pelo grupo de Ilse Scherer-Warren; o Núcleo de Estudo Movimentos Sociais (NEMS), da PUC/SP, coordenado por Maria Lúcia de Carvalho; e o Grupo de Estudos sobre Movimentos e Demandas Educacionais e Cidadania (GEMDEC), da Unicamp, coordenado por mim.

Grande parte dos pesquisadores que estudavam os movimentos sociais, antes da criação dos núcleos citados, na década de 1980, tinha como foco o estudo do movimento sindical, que estava em processo de reestruturação de suas organizações, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), depois União dos Sindicatos Independentes (USIS), a Força Sindical etc.

O movimento popular urbano também estava em fase de reestruturação no início da década de 1980 com a criação da Associação Nacional de Movimentos Populares (ANAMPOS), precursora da Pró-Central e que depois nominou-se Central dos Movimentos Populares. Devem ser citados ainda a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) e inúmeras lutas específicas por moradia. Novos movimentos sociais sobre a temática urbana foram criados na década de 1980, como o Movimento Nacional dos Mutuários do BNH[iiii], Movimentos dos Inquilinos, além dos movimentos de favelas, organizações já antigas no Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais no Brasil. Também surgiram movimentos específicos, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Na época, os movimentos rurais deram um grande passo organizativo com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em 1984, além do Movimento Nacional de Ribeirinhos e de Barragens e o movimento sindical rural.

Os movimentos das mulheres passavam por grande força impulsionadora na década de 1980, com o suporte de organizações internacionais para a realização de pesquisas na área, a exemplo dos concursos com apoio da Fundação Ford, organizados pela Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Curiosamente, o movimento das mulheres não era uma temática muito abordada nos grupos nem no GT/MS da ANPOCS. Eles eram estudados à parte, em grupos de trabalho específicos, assim como o movimento negro e o dos povos indígenas. Mesmo que tivessem grande participação das mulheres, como o caso da luta por creches, não eram apreendidos nas análises como movimentos identitários e de gênero, mas

como movimentos reivindicatórios de bens e equipamentos para as periferias, ainda que as mulheres tivessem destaque nos subtítulos das publicações²⁰.

A luta das mulheres certamente existia e foi muito forte no Brasil na década de 1970, com os comitês de mães em luta pelo desaparecimento de filhos(as) durante o regime militar, por meio de articulações internacionais, com o Ano Internacional da Mulher, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, e com a realização dos primeiros encontros e congressos locais ou regionalizados. Isso tudo gerou ações e grupos, como o Centro de Desenvolvimento da Mulher, mas, usualmente, eram movimentos específicos das mulheres e se apresentavam como tal.

Rever isso é importante não apenas para revisitar a história, como também para entender a construção e os desdobramentos dos movimentos identitários no século XXI, os caminhos dos movimentos populares nos fóruns de articulação, que foram sendo criados atuando em redes na década de 1990, e o crescimento dos coletivos na atualidade. Esse esforço poderá também lançar luzes para a compreensão da persistência das desigualdades socioeconômicas predominantes justamente na parcela dos mais vulneráveis que compõem os movimentos populares, os mais fracos nessa trajetória.

Na ANPOCS, deve-se registrar também um fato interessante no GT/MS. Enquanto na sua criação e até meados dos anos de 1980, a temática dos movimentos sociais teve centralidade e foi uma novidade, a partir da metade dos anos de 1980, o tema do urbano ganha evidência e absorve o tema dos movimentos sociais. O grupo do GT/MS diversificou-se, muitos permaneceram, outros saíram ou entraram. Em 1982, O GT/MS muda de nome para Lutas Urbanas, Estado e Cidadania. Essa orientação segue até os primeiros anos de 2000, quando o GT - Movimentos Sociais é recriado, com a minha participação e a de Inaiá Carvalho, seguida depois por mim junto com Breno Bringel, até 2013. A orientação teórico-metodológica do grupo sempre foi diversa.

Na década de 1970, o movimento LGBTQIAPN+ ainda não era representado por essa sigla e os raros estudos existentes eram englobados sob a rubrica de movimento *gay*, ou movimento de lésbicas. O surgimento e o avanço da Aids no país na década de 1980 jogou luz sobre essas lutas e, aos poucos, a temática de

²⁰GOHN, M. G. *A força da periferia* - A luta das mulheres por creches em São Paulo. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

movimentos de gênero foi se consolidando e a questão da diversidade, ganhando espaço. Ou seja, os movimentos identitários estavam em fase de construção de pilares, os quais lhes propiciaram progressivamente grande avanço.

Os movimentos sociais pela educação eram ainda muito ligados ao movimento das associações profissionais de docentes, que lutavam por direitos trabalhistas e para poder se sindicalizar (lembrando que até 1988 os funcionários públicos somente podiam participar de associações, não de sindicatos).

Por fim, não se pode esquecer do grande movimento político nacional das Diretas Já, seguido pelo Movimento pela Constituinte, da década de 1980. Acompanhei esse período mapeando esses movimentos, debatendo com os pesquisadores do tema no GT Lutas Urbanas da ANPOCS e em eventos a propósito da publicação do meu mestrado, em 1982, e, depois, do doutorado, em 1985.

Ainda na década de 1980, fui contratada pela Faculdade de Arquitetura da USP (FAU/USP) e, em 1987, fiz minha livre-docência²¹. A tese intitulada “Movimentos sociais e lutas pela moradia” foi apresentada em 1991 e tratou das lutas por moradia em São Paulo. O trabalho foi publicado em 1992 pela Edições Loyola e contribuiu para a consolidação do campo de estudos e pesquisas sobre o planejamento urbano para as populações de baixa renda.

Em 1988, iniciei meu trabalho de docência e pesquisa na Unicamp permanecendo lá até hoje, como professora titular colaboradora aposentada. A articulação com o tema da educação e a observação, desde os anos de 1970, do caráter educativo dos movimentos sociais levaram-me a publicar, em 1992, o livro “Movimentos sociais e educação”, pela Cortez, que já teve 10 novas edições, e a desenvolver a categoria “educação não formal”, relativa a processos educacionais de aprendizagem, ensino e produção de saberes, desenvolvidos fora dos ambientes formais escolares, assim como dos espaços educativos informais (a família, por exemplo). A educação não formal está presente nas práticas dos movimentos sociais, nos projetos sociais desenvolvidos por organizações não governamentais (ONGs), nas câmaras, fóruns e conselhos de participação existentes no Brasil e em

²¹Na época, era um grau na carreira após o doutorado. Realizada no regime antigo, durava quase uma semana, com defesa do memorial, aula pública após sorteio entre 10 pontos e defesa de tese. Atualmente, na maioria das universidades, exige-se somente o memorial e a arguição em banca sobre o mesmo. Na banca, tive a honra de ter os professores Francisco de Oliveira, Paul Singer, Lúcio Kowarick, Décio Saes e Fernando Casério.

outros países da América Latina. Nessa linha publiquei três livros: “Educação não formal e cultura política”, em 1999 (Cortez, 2008, 4ª edição); “Não fronteiras: universos da educação não formal”, em 2007 (Itaú Cultural); e “Educação não formal e o educador social” (Cortez), em 2010.

A década de 1990: reorientação das pesquisas nas teorias e na história

Na década de 1990, persisti na temática da participação, sempre acompanhando os movimentos contemporâneos em ação²², ampliando o foco para dois outros eixos relevantes: o histórico e o teórico-metodológico. No primeiro, realizei um levantamento dos movimentos sociais na história do Brasil desde os tempos da Colônia, que resultou no livro “História dos movimentos e lutas sociais – A construção da cidadania dos brasileiros” (Edições Loyola, 1995), publicação que já teve 10 reedições e foi incluída na lista para vestibular da Unicamp/Fuvest. A princípio, não era um livro dedicado ao segundo grau escolar, mas acabou sendo incorporado também para estudantes desse ciclo. Pesquisei também sobre ONGs, fazendo um estudo específico sobre a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, criada pelo Betinho, e outro, sobre o Movimento dos Sem-Terra (MST), gerando um novo livro “Os Sem-Terra, ONGs e cidadania” (Cortez, 1997)²³.

A seguir, pesquisei a questão da mídia, tanto a grande mídia como aquela desenvolvida pelos movimentos e organizações do Terceiro Setor, que tiveram legislação aprovada no final da década de 1990, resultando no livro “Mídia, Terceiro Setor e MST” (Vozes, 1999).

O segundo eixo, o teórico-metodológico, resultou no trabalho mais relevante que fiz na década de 1990: um pós-doutorado na *New School for Social Research* (atualmente *New School*), em Nova York (Estados Unidos), com Andrew Arato e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na ocasião, tive a “sorte” de ter participado de dois ciclos de seminários muito

²²No debate entre os pesquisadores nos anos de 1990 dizia-se que os movimentos estavam em “crise”. Vários pesquisadores mudaram de objeto de estudo para o meio ambiente, por exemplo, influenciados pela ECO92, ou o poder local, dado o sucesso do orçamento participativo e outras políticas públicas em prefeituras com gestão progressista, como, à época, a de Porto Alegre.

²³Enviei uma cópia do livro para Betinho e recebi um lindo cartão da família dele, agradecendo e me contando que foi um dos últimos livros que ele leu, antes de sua morte, vítima do vírus da Aids, contraído em uma transfusão (era hemofílico). Em relação à parte sobre os Sem-Terra, o livro teve repercussão porque saiu na época em que Sebastião Salgado fotografou acampamentos do MST, com algumas fotos icônicas, como a da menina que ilustrou a capa de seu livro “Terra”, comercializado juntamente com o CD de músicas “Terra”, de Chico Buarque. Paralelamente, uma grande exposição das fotos foi organizada em várias cidades do Brasil.

importantes que foram realizados na *New School*, um com Alberto Melucci (passou um semestre sabático lá) e outro com Eric Hobsbawm, o influenciador de minhas preocupações em contextualizar os eventos e acontecimentos, além de palestras com A. Touraine. Também Agnes Heller era professora da *New School* na ocasião e sua produção sobre a “Sociologia da vida cotidiana” já fazia parte das minhas referências na década de 1980. Ainda em Nova York, participei de dois ciclos de seminários, na *Columbia University*, ministrados por Charles Tilly, e passei a adotar seu conceito de repertórios para analisar os movimentos sociais e outras ações coletivas. Nos seminários de Tilly, entrei em contato com a obra “*Power in movement*” (1994), de Sidney Tarrow, em que ele analisa fontes culturais, organizacionais e pessoais dos movimentos, ao tratar das “oportunidades políticas”. Passei a utilizar a categoria “ciclos de protestos” de Tarrow para a análise das ações coletivas na história²⁴, outro aprendizado marcante para o entendimento dos confrontos e tensões entre Estado e parte da sociedade organizada²⁵.

Ainda no período do pós-doutorado, estive na Califórnia, onde participei de um seminário em uma mesa com Manuel Castells (já o conhecia de uma de suas vindas ao Brasil na década de 1980), e participei também de um seminário na China, patrocinado pelo Comitê de Pesquisa Regional e Desenvolvimento Urbano (RC 21), da *International Sociological Association* (ISA), ao qual eu era afiliada desde a década de 1980.

O principal resultado de minhas pesquisas durante o pós-doutorado, realizadas principalmente na fantástica biblioteca da *New York University* (NYU), localizada a duas quadras da *New School*, e na biblioteca da *Columbia University*, foi o livro “Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”. Na

²⁴Como se sabe, Tilly e Tarrow têm abordagens distintas de M. Castells e de Alain Touraine, que influenciaram minha produção nas décadas de 1970-1980, quando utilizei muito a categoria “contradições urbanas”, da primeira fase de Castells. Na segunda fase de Castells, nos anos de 1990, sua categoria das redes passou a ser o norte de minhas pesquisas. Mas isso será objeto de futuro texto comparativo entre as “teorias dos movimentos sociais”.

²⁵Hobsbawm tinha o hábito de ir à cafeteria da *New School* após os seminários. Numa dessas ocasiões, levei o livro dele “A era das revoluções”, traduzido para o português, que eu tinha levado para Nova York. Ele autografou-o e, com muito carinho, disse-me sorrindo que ainda não tinha visto a versão em português. Com Melucci, tive sessões de “orientação” em sua sala e um jantar maravilhoso, organizado pelos alunos que o seguiam na época. C. Tilly também tinha o hábito de jantar com os presentes nos seminários que ocorriam ao final da tarde, em restaurantes da região da *Columbia*, especialmente indianos. Logo na primeira vez, eu “me vi” sentada bem em frente a ele e fiquei receosa de lhe dirigir a palavra porque na sala de aula ele era bem formal. Mas, surgiu o garçom para me aliviar e eu indaguei sobre alguma coisa do menu. O garçom não entendeu minha pergunta. Tilly imediatamente explicou ao garçom o que eu queria e, a partir daí, a conversa fluiu. São momentos como esses que faz a vida ter sentido e prazer. Atualmente, os três já faleceram, mas estão vivos em minhas memórias e ideias para fundamentar minhas análises.

ocasião, contatei a editora Loyola²⁶ para saber se havia interesse em publicar um livro sobre teorias dos movimentos etc. Solicitaram um resumo da proposta, eu enviei e, em seguida, responderam, já me enviando o contrato para a publicação.

O livro foi todo escrito em Nova York, nas bibliotecas ou na Roosevelt Island, onde eu morava. No livro, faço uma síntese dos paradigmas clássicos de análise dos movimentos sociais desde o final do século XIX nas Ciências Sociais (teorias da ação social, teoria marxista, teoria da mobilização de recursos etc.), seguida da síntese dos paradigmas contemporâneos (teoria dos novos movimentos sociais, teorias culturais, teoria das mobilizações e oportunidades políticas etc.). Fiquei em Nova York um ano, mas tenho a sensação de que foi uma década, por tantos lugares, pessoas, leituras e escritas que realizei²⁷.

Em 1990, filiei-me ao RC 47 (*Social Classes and Social Movements*), tendo assinado a ficha dada pelo próprio Melucci, coordenador do RC na época. Participei do *board* de coordenação dos dois RCs da ISA: do RC 21, na década de 1990 (substituindo Lícia Valladares), e do RC 47, de 2004 a 2018, primeira participação do Brasil nesse RC, criado por Alain Touraine na década de 1990.

Concluindo provisoriamente

Revisitando minha trajetória nas décadas de 1970 e 1990, vejo afinidades com outros colegas do Brasil e do exterior, que priorizam valores humanistas e questões da igualdade diante da lei, os direitos humanos, a democracia e a luta por uma sociedade com justiça social e sem exclusões. Para o diferencial dos meus trabalhos, vou utilizar uma fala que Francisco de Oliveira²⁸ fez na minha banca de livre-docência: “O diferencial da pesquisa da Maria da Glória é que ela olha de dentro para fora da realidade que pesquisa”.

Finalizo, enunciando que a história de minhas memórias terá uma segunda parte, cobrindo o século XXI. Registro meu apreço e gratidão a todas e todos

²⁶Nos Estados Unidos existe também uma *Loyola University*, em Nova Orleans, que visitei no período do pós-doutorado, e estreitei laços de relacionamentos. Conheci o pesquisador português Antonio Pereira, que estava fazendo seu doutorado lá. Depois, ele foi Presidente da *Brazilian Studies Associations* (BRASA) e diretor do Centro de Estudos sobre a América Latina, em Londres.

²⁷Em 2007, após nova visita e breve estágio de pesquisa na *New School*, produzi outro livro “Novas teorias dos movimentos sociais” (Edições Loyola, 2008, que teve cinco reedições), onde atualizo e aprofundo as novas abordagens que surgiram após a publicação do “Teorias”, a exemplo das teorias feministas, da descolonização etc., tratando também dos movimentos alterglobalização, como o Fórum Social Mundial.

²⁸O professor Francisco de Oliveira levou sua arguição por escrito, manualmente, e, ao final do concurso, me entregou-a. Guardo-a como uma relíquia.

colegas e professores citados ao longo desta primeira parte, muitos que já partiram ou que estão impossibilitados no momento de compartilhar conosco suas memórias. Meu apreço também aos meus orientandos, pelo que aprendi por meio das pesquisas dos sujeitos e realidades investigadas. Dedico este depoimento à companheira de minha caminhada desde a década de 1970, a grande pesquisadora dos movimentos sociais no Brasil: Ilse Scherer-Warren.

Notas dos editores

[i] **COMO CITAR:** GOHN, Maria da Glória. *Maria da Glória Gohn*. In: **INCT Participa – Memórias da Participação**. São Paulo: INCT Participa, 2025. Disponível em: <https://inctparticipa.org/site/index.php/pt/divulgacao-e-extensao/memorias-da-participacao/maria-da-gl-oria-gohn>.

[ii] SABs são as Sociedades Amigos de Bairro, organizações com foco em reivindicações populares urbanas.

[iii] Banco Nacional da Habitação